



TÍTULO

Relatório de Avaliação e Controlo da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Diretor Municipal de Alfândega da Fé

ANO DE MONITORIZAÇÃO

Período de 2015-2022

RESPONSÁVEL MÁXIMO

Eduardo Tavares, Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé

COORDENAÇÃO

Rui Gonçalves, Chefe da Divisão de Urbanismo e Território

Nuno Jacinto, Chefe de Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos

REALIZAÇÃO

Carina Teixeira, Técnica Superior de Ambiente e Território, Setor de Ambiente

DATA DE PUBLICAÇÃO

Outubro 2023



Índice:

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	ENQUADRAMENTO	4
3.	MONITORIZAÇÃO	5
4.	ANÁLISE DE RESULTADOS.....	6
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27



1. INTRODUÇÃO

A avaliação ambiental estratégica (AAE) pretende garantir um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas, com vista a promover o desenvolvimento sustentável. Tem um caráter contínuo e sistemático que pretende assegurar a integração de considerações ambientais, sociais e económicas nos processos de planeamento, de programação e de elaboração de políticas bem como contribuir para o estabelecimento de contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas.

A avaliação ambiental estratégica desempenha três funções fundamentais, complementares e não exclusivas, face ao processo de decisão:

- A função integração das questões ambientais e de sustentabilidade nos processos estratégicos cíclicos de planeamento e programação que permitam melhorar a qualidade das decisões atuais e futuras;
- A função avaliação de opções estratégicas relativamente às oportunidades e riscos para o ambiente e para os processos de sustentabilidade inerentes ao seguimento de determinadas estratégias;
- A função validação do modo como a AAE contribuiu para uma maior eficiência dos processos estratégicos e para uma maior qualidade dos seus resultados.

A análise integrada do Quadro de Referência Estratégico, das Questões Estratégicas (objetivos estratégicos e linhas de força) do objeto da avaliação e dos Fatores Ambientais dão resposta ao alcance da AAE e definem os fatores críticos para a decisão (FCD) que descrevem as estratégias e ações para melhor satisfazerem objetivos ambientais e um futuro mais sustentável.

Da definição dos fatores críticos de decisão resultou que avaliação das propostas do Plano Diretor Municipal de Alfândega da Fé (PDM de Alfândega da Fé) incidiria sobre os seguintes fatores:

- Valorização Ambiental;
- Revitalização e diversificação económica;
- Requalificação Urbana;

Para cada fator de decisão foram considerados critérios e objetivos de sustentabilidade por forma a criar uma base de avaliação das propostas do plano.

No ponto relativo à monitorização serão apresentados os indicadores de acompanhamento relativos aos objetivos definidos.



2. ENQUADRAMENTO

O processo de Avaliação Ambiental a que foi sujeito o procedimento do PDM de Alfândega da Fé resultou, por via da Declaração Ambiental (DA), na definição de indicadores ambientais de monitorização que devem ser avaliados e supervisionados, em cumprimento com o previsto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

Conforme descrito anteriormente, a AAE é um processo contínuo e sistemático que tem lugar desde o momento inicial da decisão de proceder à elaboração do plano até à aprovação da versão final, e prossegue com a verificação dos efeitos significativos no ambiente por via da execução e implementação do plano.

Neste sentido, o diploma prevê que o controlo e ponderação da concretização do plano do ponto de vista do desempenho ambiental e dos seus impactos sobre o ambiente sejam efetuados com a periodicidade anual.

No âmbito do procedimento da 2.ª Revisão do PDM em curso detetou-se que essa reflexão anual estava em falta, pelo que o presente Relatório Avaliação e Controlo da AAE do PDM de Alfândega da Fé visa sanar essa lacuna propondo abranger o período temporal de todos os anos em falta, desde 2015 a 2022, de acordo com a sugestão da APA.

Desde modo, o município de Alfândega da Fé assume esta monitorização que deverá ser executada anualmente.

Na fase de seguimento/acompanhamento é de importância fulcral efetuar uma análise de tendências, para poder continuar a assegurar o contributo da AAE na integração das questões de ambiente e sustentabilidade no processo de decisão. Este acompanhamento das consequências ambientais da implementação do plano permite ainda adaptar as ações adotadas, de modo a diminuir as consequências negativas sobre o ambiente e potenciar as positivas.



3. MONITORIZAÇÃO

Atendendo à natureza executória das propostas do PDM de Alfândega da Fé, a monitorização e avaliação, estratégica e operacional, torna-se fundamental, quer do ponto de vista do desempenho ambiental associado à execução das mesmas, quer dos seus impactes sobre o ambiente.

O objetivo central desta fase é o de promover o acompanhamento sistemático de um conjunto de dinâmicas em domínios que, de um modo mais direto ou indireto, influenciam as condições ambientais e de sustentabilidade do território, procurando, deste modo, apoiar os processos de conceção e decisão de políticas e medidas de intervenção à escala urbana e permitindo acompanhar com regularidade o exercício das atividades previstas, assim como o desempenho das entidades responsáveis pela sua execução.

Quanto à natureza da avaliação, optou-se por adotar uma abordagem de natureza quantitativa suportada pelo recurso a um painel de indicadores estatísticos. Com base nestes pressupostos estabeleceu-se a definição de indicadores de avaliação e respetivos mecanismos de monitorização, nomeadamente metas e/ou valores de referência.

Havendo uma forte interdependência entre muitos dos indicadores considerados, a afetação de alguns dos mesmos a determinadas fatores temáticos, em detrimento de outros, obriga aquando da interpretação dos dados a uma leitura cuidada e a mais cruzada possível das diferentes situações. O plano de monitorização deve criar uma base para avaliar o impacte do plano de ação e o respetivo desenvolvimento das ações adotadas. Esta avaliação será feita através da análise de indicadores, com base no desempenho ambiental.

O desempenho dos indicadores é definido mediante a seguinte escala:

Positivo, o valor aproxima-se da meta;

Neutro, existe algum progresso mas insuficiente para atingir a meta;

Negativo, o valor distancia-se da meta;

Sem dados.

Na compilação da informação para compilação dos indicadores para o período de 2015-2022 deparou-se o município com algumas dificuldades na obtenção de dados, pois alguns indicadores dependem de entidades externas que não responderam em tempo útil para uma análise crítica. Assim sendo, e uma vez que o município se encontra em fase de revisão do Plano Diretor Municipal estes indicadores deve ter em conta que a sua definição deve optar por aqueles que são facilmente mensuráveis e representativos de modo a que permitam verificar o cumprimento, ou não, dos objetivos de sustentabilidade definidos.



4. ANÁLISE DE RESULTADOS

Período de análise: 2015-2022

Esta análise para uma melhor compreensão e fácil leitura será apresentada da seguinte forma:

- Apresentação dos indicadores por fator crítico de decisão nos respetivos critérios.
- Apresentação da informação de todos os indicadores e respetiva avaliação;



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO de URBANISMO e TERRITÓRIO (DUT)

Quadro 1– Critérios e objetivos de sustentabilidade por fator de decisão

FCD	CRITÉRIO	OBJETIVO
VALORIZAÇÃO AMBIENTAL	BIODIVERSIDADE E PAISAGEM	Conservar e potenciar a biodiversidade, valorizando o caráter da paisagem e promovendo a defesa e a valorização dos recursos hídricos. Assegurar o estabelecimento de corredores ecológicos, fundamentais para a conservação da natureza e da biodiversidade, regulação do ciclo da água e para a conservação do recurso solo.
	RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS	Prever e reduzir os riscos naturais (movimento de vertentes, incêndios florestais, cheias e secas) e tecnológicos (rotura de barragens), garantindo a segurança de pessoas e bens, restringindo a edificação/expansão urbana.
REVITALIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA	TURISMO	Promover e estabelecer polos turísticos de excelência e sustentáveis inseridos em espaço rural, como forma, de promover o desenvolvimento local. Impulsionar atividades turísticas, artesanais aliadas à valorização do património natural e construído.
	INDÚSTRIA	Promover o desenvolvimento local, com a instalação de indústrias agroalimentares minimizando os impactes ambientais.
	AGRICULTURA E FLORESTA	Valorizar a atividade agrícola, cinegética e florestal no concelho. Desenvolver produtos tradicionais de qualidade (produtos certificados, produtos de denominação de origem controlada).
REQUALIFICAÇÃO URBANA	SISTEMA URBANO	Assegurar o fortalecimento das relações urbano-rurais, promovendo a concentração da edificação em aglomerados rurais, contrariando a ocupação dispersa ou linear do território. Valorizar a criação/requalificação de espaços verdes públicos.
	SAÚDE HUMANA	Garantir a criação de infraestruturas urbanas e garantir o conforto acústico como forma de melhorar a saúde pública.
	ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE	Estabelecer uma rede de estradas e um sistema de transportes coletivos adequados à procura real, no sentido de melhorar a mobilidade das populações rurais em zonas de baixa densidade, assegurando a acessibilidade a um conjunto de serviços de proximidade, designadamente aos equipamentos de apoio social aos idosos.
	PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO	Proteger e valorizar o Património Arquitetónico e Arqueológico.



Quadro 2 - Descrição dos Indicadores de Avaliação

FCD	CRITÉRIO	INDICADORES
VALORIZAÇÃO AMBIENTAL	BIODIVERSIDADE E PAISAGEM	Percentagem de áreas protegidas no território, usos e ocupação
		Licenciamentos em áreas RN2000 (N.º e área ocupada)
		Estado da conservação da biodiversidade (Espécies Faunísticas e Florísticas ameaçadas e protegidas)
		Áreas de povoamentos florestais de espécies autóctones
		Qualidade dos recursos hídricos (qualidade da água superficial e manutenção da margens e galerias ripícolas)
		Criação de corredores ecológicos
	RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS	Áreas de risco de elevado e muito elevado
		Pessoas e bens em áreas sujeitas a risco elevado e muito elevado
		N.º de Ocorrências
		Área impermeabilizada em zonas com risco de cheia
		Vias de circulação cortadas devido a movimentos de massa
		Suscetibilidade/risco à desertificação/seca ¹⁰
		Pessoas e estruturas vulneráveis ao efeito da onda de inundação
REVITALIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA	TURISMO	Oferta de Alojamento (N.º de Camas)
		Ocupação Hoteleira (%)
		Empreendimentos Turísticos de Turismo Rural (N.º)
		Emprego no setor turístico
		Número de Equipamentos Culturais ou de recreio e lazer
	INDÚSTRIA	N.º de empregos qualificados criados (N.º)
		N.º e Tipologia de Empresas (N.º)
		Taxa de ocupação das novas áreas empresariais
		Evolução do tecido empresarial por setores de atividade económica (%)



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO de URBANISMO e TERRITÓRIO (DUT)

FCD	CRITÉRIO	INDICADORES
REVITALIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA	AGRICULTURA E FLORESTA	Superfície Agrícola Utilizada (%)
		Produtividade agrícola por cultura (Kg/ha)
		Disponibilidade de áreas RAN ou de solo qualificado como solo agrícola/florestal (ha)
		Emparcelamento agrícola (N.º de parcelas)
		Área agrícola de regadio ¹¹ (ha)
		Número de empresas criadas na fileira florestal
		Número de atividades associadas à silvicultura e produtos derivados
		Área florestal certificada
REQUALIFICAÇÃO URBANA	SISTEMA URBANO	Variação da População residente (%)
		Densidade populacional (Hab./km ²)
		Capitação de espaços verdes públicos de utilização coletiva (m ² /hab.)
		Solo urbano consolidado (taxa de execução do solo urbano %)
		Áreas de Edificação Dispersa (ha)
		Variação da Construção de Habitação em Solo Rural (%)
		Taxa de cobertura do concelho infraestruturada (%)
	SAÚDE HUMANA	População servida por sistema público de abastecimento de água (%)
		População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais (%)
		Taxa de cobertura por ETAR (%)
		Aplicação de águas residuais depuradas com usos compatíveis (%)
		Produção de Resíduos (Ton/hab).
		Reciclagem e Valorização de Resíduos (Ton/hab).



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO de URBANISMO e TERRITÓRIO (DUT)

FCD	CRITÉRIO	INDICADORES
REQUALIFICAÇÃO URBANA	ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE	Rede Viária qualificada (km ²)
		Movimentos Pendulares (N.º entradas e saídas do concelho para trabalhar/estudar)
		Utilizadores da Rede de Transporte Públicos (N.º)
		N.º de intervenções para a construção de passeios/ciclovias
		Utilização do carro próprio (%)
		Distância/Tempo entre a totalidade dos centros urbanos e rurais, em carro próprio
	PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO	Atividades de promoção e valorização do património (N.º)
		Número de elementos patrimoniais requalificados (N.º de ações de recuperação realizadas)
		Imóveis classificados ou em vias de classificação (N.º)
		Prospeções em áreas de património arqueológico (Hectares)
		Reabilitação/Reutilização de edifícios históricos (N.º)
		Intervenções na envolvente ao património classificado (N.º)



Valorização Ambiental

Crítérios	Indicadores	Tendência/ meta Vigência PDM	Unidades de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2015 a 2022
Biodiversidade e Paisagem	Distribuição dos usos/ocupação em áreas da RN 2000	Não aplicável	%	S/D								
	Licenciamentos em áreas RN2000	Não aplicável	N.º e m2	0	0	0	0	0	0	1	0	1
	Estado da conservação da biodiversidade (Espécies Faunísticas e Florísticas ameaçadas e protegidas)	Não aplicável	Evolução tendencial	S/D								
	Áreas de povoamentos florestais de espécies autóctones	Aumentar/ Intensificar	m2 e %	a)	16,57% 53359600 m2							
	Qualidade dos recursos hídricos (qualidade da água superficial e manutenção da margens e galerias ripícolas)	100%	Evolução tendencial	Muito bom								

Legenda:

S/D – sem reporte

a) Os valores mantêm-se



A análise dos indicadores relativos ao critério “Biodiversidade e Paisagem” tivemos alguma dificuldade na compilação dos dados que foram solicitados ao ICNF e aguardamos o reporte da informação, nomeadamente a “Distribuição dos usos/ocupação em áreas da RN 2000” e “Estado da conservação da biodiversidade (Espécies Faunísticas e Florísticas ameaçadas e protegidas)”.

Em relação aos licenciamentos em áreas RN2000 foi apenas registado um licenciamento, neste período decorrente 2015 a 2022, no ano 2021.

No indicador “Áreas de povoamentos florestais de espécies autóctones” os valores mantêm-se inalterados desde 2015 - 16,57% 53359600 m2.

Por outro lado, a “Qualidade dos recursos hídricos (qualidade da água superficial e manutenção da margens e galerias 8pícolas)” mantêm-se como classificada com “Muito Bom”.



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO de URBANISMO e TERRITÓRIO (DUT)

Valorização Ambiental

Critérios	Indicadores	Tendência meta Vigência PDM	Unidades de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2015 a 2022
Riscos Naturais e Tecnológica	Áreas de risco de elevado e muito elevado	Não aplicável	ha	a)	11157,37							
	Pessoas residentes em áreas sujeitas a risco elevado e muito elevado	Reduzir/Anular	%	a)	3,6							
	N.º de ocorrências (incêndios)	Reduzir/Anular	N.º	11	7	24	38	52	15	7	2	156
	Área ardida	Reduzir/Anular	ha	38	77	299	876	333	155	2	4	1784
	Ações de prevenção/adaptação ao risco de desertificação e seca	Aumentar/Intensificar	N.º	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Área edificada em zonas com risco de cheia	Reduzir	m2	a)	S/D	3000						
	Vias de circulação cortadas devido a movimentos de massa	Não aplicável	N.º	0	8	1	0	0	0	2	3	14
	Pessoas e estruturas vulneráveis ao efeito da onda de inundação	Reduzir/Anular	N.º	0	0	0	0	1	0	0	1	2

Legenda:

Os valores mantêm-se

S/D – Sem dados



A análise do FCD “Valorização Ambiental”, onde são tratados os critérios “Riscos Naturais e Tecnológicos” os indicadores “Áreas de risco de elevado e muito elevado;” “Pessoas residentes em áreas sujeitadas a risco elevado e muito elevado” e “Área edificada em zonas com risco de cheia” os valores não se alteraram ao longo do período em análise, obtendo os seguintes resultados (11157,37 ha; 3,6%; e 3000m2).

O número de ocorrências (incêndios) registado no período (2015 a 2022) foi de 156, tendo vindo a diminuir consideravelmente nos últimos anos.

Em relação ao indicador que reflete a “Área ardida” verificou-se um decréscimo acentuado desde o ano de 2018, tendo vir a diminuir para números com menos de 2 dígitos, que se deve ao esforço de limpeza, sensibilização e atuação rápida das forças intervenientes no combate aos incêndios florestais.

No que diz respeito ao indicador “Vias de circulação cortadas devido a movimentos de massa” registado neste período foi de 14 ocorrências, tendo tido um aumento nos últimos anos.



REVITALIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Critérios	Indicadores	Tendência/meta Vigência PDM	Unidades de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2015 a 2022
Turismo	Oferta de alojamento	Aumentar/intensificar	N.º de Camas	117	181	215	218	219	226	226	244	1646
	Ocupação hoteleira	Aumentar/Intensificar	%	S/D	S/D	S/D	S/D	S/D	S/D	25,4	34,8	
	Empreendimentos Turísticos de Turismo Rural	Aumentar/Intensificar	N.º	7	13	13	13	13	13	13	14	
	Emprego no setor turístico	Aumentar/Intensificar	N.º	25	a)	25						
	Número de equipamentos culturais ou de recreio e lazer	Aumentar/Intensificar	N.º	5	a)	5						

Legenda:

S/D – Sem dados

Valores inalterados



Em relação ao FCD “Revitalização e diversificação económica” no critério “Turismo”, podemos observar que o indicador “Oferta de Alojamento” tem tido um aumento ao longo do período.

No que diz respeito “Ocupação Hoteleira”, apenas há registo nos anos 2021 e 2022, 25,4% e 34,8% respetivamente, verificando-se um aumento neste indicador.

O indicador “Emprego no setor turístico” e o “Número de equipamentos culturais ou de recreio e lazer” registou-se apenas os dados no ano 2015, sendo que os valores apresentados são de 25 e 5, não conseguindo fazer uma análise da evolução temporal destes indicadores.



REVITALIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Critérios	Indicadores	Tendência/meta Vigência PDM	Unidades de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2015 a 2022
Indústria	N.º de empregos qualificados criados	Aumentar/Intensificar	N.º	S/D								
	N.º de empresas (por tipologia)	Não aplicável	N.º	1063	1055	1083	1132	1153	1013	1121	S/D	
	Taxa de ocupação das novas áreas empresariais	Não aplicável	%	S/D	91,5	93,9	98,2	100	87,9	97,2	S/D	
	Evolução do tecido empresarial por setores de atividade económica	Não aplicável	%	S/D								

Legenda:

S/D – Sem dados



Em relação ao FCD “Revitalização e diversificação económica” no critério “Indústria”, podemos observar que o indicador “N.º de empregos qualificados criados” e “Evolução do tecido empresarial por setores de atividade económica” não se conseguiu proceder à compilação de dados para o período (2015 a 2022).

O número de empresas (por tipologia) pode verificar-se que se registou um aumento desde 2015 a 2019, havendo um aumento significativo de 2021 a 2022, nomeadamente de 1013 para 1121.



REVITALIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Critérios	Indicadores	Tendência/meta Vigência PDM	Unidades de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2015 a 2022	
Agricultura e Florestas	Superfície Agrícola Utilizada (SAU)	Não aplicável	%									57,80%	
	Produtividade agrícola por cultura	Aumentar/Intensificar	kg/ha									* em baixo	
	Emparcelamento agrícola	Não aplicável	Área abrangida	S/D									
	Área agrícola de regadio	Não aplicável	ha									1200	
	Número de empresas existentes na fileira florestal	Reduzir/Anular	N.º	S/D									
	Número de ações associadas à silvicultura e produtos derivados	Aumentar/Intensificar	N.º	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Área florestal certificada	Aumentar/intensificar	m 2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Produtividade agrícola por cultura kg/ha

- castanha 1000 kg/hectare
- amêndoa com casca 1950kg/hectare
- amêndoa em miolo 650 kg/hectare
- azeitona para azeite 1600 kg/hectare

S/D – Sem dados





Em relação ao FCD “Revitalização e diversificação económica” no critério “Agricultura e Florestas”, podemos observar que o indicador “Emparcelamento agrícola” e “Número de empresas existentes na fileira florestal” não existem dados suficientes para fazer uma avaliação da evolução neste período de avaliação.

Relativamente ao indicador “Superfície Agrícola Utilizada (SAU)” mantém-se inalterado nos 57,80%.

Quanto à produtividade por cultura dispomos dos valores médios por ha. Em relação à castanha temos uma produção de 1000Kg/ha; amêndoa 650Kg/ha e azeitona para azeite 1600Kg/ha.

Por outro lado, o “Numero de ações associadas à silvicultura e produtos derivados” e “Área florestal certificada” o valor mantém-se inalterado com valor zero.



REQUALIFICAÇÃO URBANA

Critérios	Indicadores	Tendência/meta Vigência PDM	Unidades de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2015 a 2022
Sistema Urbano	Variação da população residente	Não aplicável	%	-88	-57	-57	-35	-51	-81	-75	-44	
	Capitação de espaços verdes públicos de utilização coletiva	Aumentar/Intensificar	m ² /hab.	15,50	15,59	15,59	15,59	15,67	15,70	18,54	18,60	
	Solo urbanizado (taxa de execução do solo urbano)	Não aplicável	%									52,2
	Construção de habitação em solo rural	Reduzir/Anular	N.º	2	1	0	2	1	3	3	1	13



Em relação ao FCD “Revitalização e diversificação económica” no critério “Sistema Urbano” foram avaliados 4 indicadores:

A “Variação da população residente”, tem sido registado desde 2015 valores negativos, no entanto desde 2021 tende a diminuir essa variação.

Relativamente à “Capitação de espaços verdes públicos de utilização coletiva” o concelho de Alfândega da Fé, regista um valor crescente na oferta de espaços verdes de utilização coletiva aos longo do período (2015-2022).

Este indicador relativo ao “Solo urbanizado (taxa de execução do solo urbano)” – este valor é apenas atualizado aquando do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal;

Relativamente ao indicador relativo à “Construção de habitação em solo rural” – foram contabilizadas 13 construções, diminuindo do ano 2021 para 2022.



REQUALIFICAÇÃO URBANA

Critérios	Indicadores	Tendência/meta Vigência PDM	Unidades de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2015 a 2022
Acessibilidades e mobilidade	Rede viária qualificada	Não aplicável	m ²									26429,59
	Movimentos pendulares	Não aplicável	(N.º entradas e saídas do concelho para trabalhar /estudar)	S/D	S/D	S/D	S/D	S/D	S/D	201	S/D	201
	Utilizadores da rede de transporte públicos	Aumentar/Intensificar	N.º	S/D								
	Extensão das intervenções para a construção de passeios/ciclovias	Aumentar/Intensificar	N.º									2293,2



Em relação ao FCD “Revitalização e diversificação económica” no critério “Acessibilidades e mobilidade” foram avaliados 4 indicadores:

A “Rede viária qualificada” o município de Alfândega da Fé tem qualificados 26429,59 m2.

Relativamente aos “Movimentos pendulares”, o município dispõe apenas de registo no ano de 2021, no valor 201 no que concerne ao n.º entradas e saídas do concelho para trabalhar /estudar.

No indicador “Utilizadores da rede de transporte públicos”, a compilação destes valores dependem da empresa rodoviária que opera no território e não disponibilizaram os valores em tempo útil.

No que diz respeito à “Extensão das intervenções para a construção de passeios/ciclovias, o município dispõe de 2293,2 intervenções no período decorrente de 2015 a 2022.



REQUALIFICAÇÃO URBANA

Critérios	Indicadores	Tendência /meta Vigência PDM	Unidades de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2015 a 2022
Património Arquitectónico e Arqueológico	Ações de promoção e valorização do património	Aumentar/Intensificar	N.º									187
	Numero de elementos patrimoniais requalificados	Aumentar/Intensificar	N.º Ações de recuperação realizadas									3
	Imóveis classificados ou em vias de classificação	Não aplicável	N.º									6
	Prospeções em áreas de património arqueológico	Não aplicável	ha									56
	Reabilitação/reutilização de edifícios históricos	Aumentar/Intensificar	N.º									3
	Intervenções na envolvente ao património classificado N.º Anual	Reduzir/Anular	N.º									



Em relação ao FCD “Revitalização e diversificação económica” no critério “Património Arquitetónico e Arquitetónico” foram avaliados 6 indicadores:

Relativamente às “Ações de promoção e valorização do património” realizadas no período (2015 a 2022) foram 187, tendo sido um trabalho constante de promoção do património inserido na Bio-Região dos Lagos do Sabor. No indicador referente ao “Número de elementos patrimoniais requalificados”, temos apenas 2 elementos nomeadamente a Torre de Relógio e Lagar Del Rei;

Em relação aos “Imóveis classificados ou em vias de classificação” foram registados 6 no concelho de Alfândega da Fé nos últimos 7 anos;

Por outro lado, e no que diz respeito às “Prospeções em áreas de património arqueológico” foram executadas 56 prospeções, sempre que se verifique a possibilidade de acautelar a salvaguarda do património.

No período que decorreu de 2015 a 2022 foram reabilitados 3 edifícios históricos, sempre tendo em vista a valorização e conservação dos edifícios reconhecidos pelo interesse histórico, arquitetónico.

No que concerne às “Intervenções na envolvente ao património classificado” apenas se registou 1 intervenção.

Quadro 3 - Situação atual e tendência de evolução sem e com o plano – Síntese da AAE da RPDMAF

FCD	Critérios	Evolução com a RPDM
VALORIZAÇÃO AMBIENTAL	Paisagem e Biodiversidade	↗
	Riscos Naturais e Tecnológicos	→
REVITALIZAÇÃO EDIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA	Turismo	↗
	Indústria	↗
	Agricultura e Florestas	↗
REQUALIFICAÇÃO URBANA	Sistema Urbano	↗
	Saúde Humana	→
	Acessibilidade e Mobilidade	→
	Património Arquitetónico e Arqueológico	↗

Distância à situação desejável	Distante	Próximo	Muito próximo
Tendência de evolução	↘ Negativa	→ Sem alteração significativa	↗ Positiva



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa de seguimento é parte da fase contínua da AAE e permite efetuar um controlo sistemático do desempenho de conformidade dos resultados apurados. A avaliação realizada permite recomendar novas abordagens para o processo de gestão e monitorização da execução das propostas do PDM, sob o ponto de vista da sustentabilidade e do respetivo desempenho ambiental.

Devido à dificuldade em obter informações/dados que à data não se encontram sistematizados existem indicadores que devem ser adaptados.

Existem alguns indicadores que por questões de representatividade e aferição do cumprimento dos objetivos de sustentabilidade determinados, devem ser redefinidos ou ter as metas redefinidas, nomeadamente os relacionados com os recursos florestais, com os riscos e até mesmo com a diminuição da dispersão dos usos urbano.

Assim, apesar das ações relacionadas com alguns indicadores serem claramente condicionadas por entidades externas ao município, a execução de outras tantas propostas do PDM demonstraram um desempenho ambiental positivo.